

## Desafios e oportunidades do turismo sustentável na Amazônia: O caso do município de Novo Airão-AM

### Challenges and Opportunities of Sustainable Tourism in the Amazon: The Case of Novo Airão, AM

Ana Claudia Pedrosa de Oliveira

Doutora em Administração Pública e Governo,  
Universidade Federal do Amazonas. E-mail:  
anaclaudiapedrosa@ufam.edu.br.

© 0000-0001-9589-3662

Cristiane do Nascimento Brandão

Doutora em Administração de Empresas,  
Universidade Federal do Amazonas. E-mail:  
cristianebrandao@ufam.edu.br.

© 0000-0002-5329-970X

Maria Emilia Melo da Costa

Doutora em Administração, Universidade  
Federal do Amazonas. E-mail:  
emiliamel@ufam.edu.br.

© 0000-0002-0142-5145

#### Resumo

Este estudo investiga o turismo em Novo Airão (AM), com foco no Parque Nacional de Anavilhanas. O objetivo é identificar oportunidades, desafios e estratégias para tornar o destino competitivo e sustentável. Trata-se de um estudo de caso qualitativo, com dados obtidos por pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. Os resultados destacam o potencial turístico da região, mas apontam desafios como a falta de infraestrutura, sazonalidade, qualificação profissional e envolvimento da comunidade.

*Palavras-chave:* Turismo fluvial; Políticas públicas; Amazônia

#### Abstract

This study investigates tourism in Novo Airão (AM), focusing on the Anavilhanas National Park. The objective is to identify opportunities, challenges, and strategies to make the destination competitive and sustainable. The research, qualitative case study approach, with data obtained through bibliographic, documental research and interviews. The results highlight the region's tourism potential but point to challenges such as lack of infrastructure, seasonality, professional qualification, and community involvement.

*Keywords:* River tourism; Public policies; Amazon

DOI: <https://doi.org/10.18616/rdsd.v11i1.9211>

Recebido: 17-10-2024

Aprovado: 12-04-2025



**PPGDS**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO - UFAM



## 1. Introdução

Novo Airão, município da região metropolitana de Manaus (AM) cuja sede está a 195 km da capital, possui 15.761 habitantes (IBGE, 2022) e desfruta de um cenário promissor para o desenvolvimento do turismo, especialmente o turismo fluvial e o ecoturismo (Figura 1). Essa vocação se deve ao potencial turístico de dois Parques Nacionais (PARNA): o Parque Nacional do Jaú, a maior área de floresta tropical úmida protegida do Brasil, e o Parque Nacional de Anavilhanas, criado em 1981 como estação ecológica e reclassificado em 2008 como PARNA para preservar o arquipélago fluvial do Rio Negro, cuja sede é a cidade de Novo Airão. Com mais de 400 ilhas e 60 lagos, o Parque Nacional de Anavilhanas se destaca por sua rica biodiversidade e beleza cênica. A área aquática do parque, que abrange cerca de 60% da sua totalidade (130 km de extensão e 20 km de largura média), oferece aos visitantes uma experiência única de contato com a natureza intocada.

Figura 1: Estado do Amazonas e município de Novo Airão



Fonte: elaborado pelos autores.

Nos últimos anos, o turismo em Novo Airão tem apresentado um crescimento acelerado no número de visitantes. Esse crescimento impulsionou o desenvolvimento da infraestrutura turística como a abertura de empreendimentos do setor de serviços - hotéis, pousadas e restaurantes, e investimentos públicos em praças, ciclovias, quadra poliesportiva, construção do portal de entrada do município e da orla que margeia o Rio Negro na cidade (Governo do Amazonas, 2020). Diferente de grande parte dos municípios do Amazonas, o acesso à Novo Airão pode ser realizado via terrestre desde a capital, o que torna a logística mais simples e o destino mais atrativo ao turista. Por isso, o governo do Estado tem realizado constantes melhorias nas rodovias que ligam Novo Airão à Manaus (Seinfra, 2023).

No entanto, o crescimento do fluxo de turistas impõe novos desafios ao poder

público, como a necessidade de readequação da infraestrutura básica para atender à crescente demanda na alta temporada, a preservação ambiental da região, a qualificação da mão de obra para o setor de turismo e a promoção do desenvolvimento local através das vocações naturais do município.

A interiorização do desenvolvimento na Amazônia é um problema crônico da região (Lima, 2017). Especificamente no Amazonas, maior estado do Brasil em dimensões territoriais e com um total de 62 municípios, promover essa interiorização é ainda mais complexo dadas às dificuldades logísticas e de acesso à algumas localidades e à baixa atividade econômica decorrente do alto custo amazônico, elementos que desafiam o desenvolvimento da região (Bomfim et. al, 2016). O poder público é o principal promotor de políticas públicas com foco no desenvolvimento econômico, social e cultural da região Amazônica (Lima, 2017). No entanto, os investimentos públicos em infraestrutura, políticas de geração de renda e de incentivo ao turismo são altamente concentrados na capital e na região metropolitana, o que resulta numa brutal desigualdade socioeconômica no estado.

Diante dos desafios de interiorização do desenvolvimento regional na Amazônia, das especificidades do turismo em Novo Airão e do potencial turístico do município, este estudo tem como objetivo identificar os desafios e as oportunidades do turismo no município e as estratégias públicas para torná-lo um destino turístico competitivo e sustentável, aproveitando o potencial do PARNA de Anavilhanas.

Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre o turismo sustentável enquanto instrumento de desenvolvimento local, especificamente na Amazônia brasileira. É urgente que essa discussão dê protagonismo às comunidades locais, a preservação do meio ambiente e a valorização da cultura e das vocações naturais da região.

Este artigo está estruturado em cinco seções, contando com esta introdução. Na sequência é apresentado o referencial teórico, que discute aspectos sobre o turismo no Amazonas, destacando o cenário atual e as perspectivas futuras. Em seguida, a metodologia é descrita de forma detalhada, ressaltando os procedimentos adotados para alcançar o objetivo proposto. A quarta seção é dedicada à análise e discussão dos resultados obtidos e, por último, as considerações finais apresenta os achados do estudo e suas implicações para o turismo e para a gestão sustentável dos recursos naturais no contexto amazônico.

## **2. Referencial teórico**

O turismo é uma atividade de grande relevância para o desenvolvimento econômico e social, assumindo diferentes formas de acordo com as características do território onde é praticado. No contexto amazônico, essa atividade ganha contornos específicos, influenciados pela riqueza natural, pela presença de unidades de conservação e sobretudo pela forte relação das populações locais com os rios. Assim, esta seção apresenta e discute conceitos e estudos que embasam a compreensão do turismo na região amazônica, o

turismo em parques nacionais e o turismo fluvial.

## 2.1 Turismo no Amazonas

A floresta amazônica tem seu lócus mais representativo no Amazonas, estado que detém a maior cobertura vegetal tropical do mundo. Como consequência, possui uma rica biodiversidade, abundâncias de praias fluviais, cachoeiras e uma cultura multiétnica que faz o estado ser um grande potencial no turismo de natureza e no ecoturismo (Dias, 2019).

Conforme os Indicadores de Turismo no Amazonas desenvolvidos pela Empresa Estadual de Turismo no Amazonas, organização responsável pela formulação e implementação das políticas públicas de turismo do estado, de 2003 a 2014, o Amazonas apresentou um crescimento contínuo no número de turistas domésticos e estrangeiros, saindo de 283.018 em 2003 para 1.168.612 em 2014, um crescimento de 412,9% (Amazonastur, 2021). No entanto, a partir de 2015, o número de visitantes passou a sofrer uma constante queda e, em 2020, primeiro ano da pandemia Covid-19, o número sofreu retração de 45% em comparação a 2019, saindo de 624.744 para 343.530 visitantes (Amazonastur, 2021).

Na tentativa de contornar esse cenário, desde 2020 o governo do estado vem traçando estratégias para a recuperação do turismo na região. No Plano Plurianual 2020-2023 (Governo do Amazonas, 2020), um dos objetivos propostos é aumentar a geração de negócios relacionados ao setor de cultura e turismo por meio do fortalecimento do turismo, da atração de investimentos e da movimentação da cadeia produtiva do setor.

Em 2023, o segmento começou a indicar sinais de recuperação, registrando alta de 8,38% no número de turistas comparado ao ano anterior, e 24,6% no faturamento (Amazonastur, 2023). Além das ações do governo do estado, essa evolução também pode estar associada à retomada dos voos internacionais a partir da capital Manaus e ao recente destaque do Amazonas como destino turístico nas mídias nacional e internacional (Embratur, 2024). Em 2023, a região, mais especificamente o Parque Nacional de Anavilhanas, foi cenário de filmes, reality shows e tema de reportagens na imprensa nacional.

O tempo médio de permanência do turista no Amazonas é de seis dias, sendo o lazer, que inclui pesca esportiva, turismo de aventura, praias fluviais e visitas a amigos e familiares, o motivo da viagem de 50% dos turistas domésticos e 79,66% dos estrangeiros em 2020 (Amazonastur, 2021). Exceto o turismo de pesca esportiva, cujo destino principal é o município de Barcelos (399 quilômetros de Manaus), o turismo se concentra na capital e na região metropolitana, sendo muito difícil a sua interiorização (Fonseca, Todesco & Silva, 2022). Menezes et. al (2021) explicam que essa concentração do turista em Manaus é resultado de décadas de políticas governamentais direcionadas exclusivamente para a capital, retendo grande parte dos investimentos estadual e federal. Como resultado, para os

autores, o turismo mostra-se bastante incipiente no interior, mesmo naqueles municípios que possuem vocação natural para o setor.

As particularidades do estado e da região amazônica também contribuem para a concentração do turismo na capital (Fonseca, Todesco & Silva, 2022; Calheiros, 2010), como as extensas distâncias entre os municípios, os problemas logísticos, de infraestrutura e de transporte, o número escasso de rodovias intermunicipais e a predominância do modal fluvial, que tornam as viagens longas, caras e pouco atrativas para o turista. Durante o período da vazante, cada vez mais severa na região, alguns trechos dos rios secam drasticamente, dificultando o transporte fluvial e o acesso a algumas cidades e comunidades ribeirinhas (Morgado, Portugal & Mello, 2013).

As singularidades do Amazonas também refletem na dificuldade de interiorização do desenvolvimento, o que resulta na inquestionável e brutal desigualdade social e econômica na região (Lima, 2017). Ainda segundo o autor, muitos dos investimentos públicos alocados para o interior são provenientes de emendas parlamentares e voltados mais para o desenvolvimento econômico do que para o desenvolvimento social e preservação ambiental.

Enquanto Higgins-Desbiolles (2020) evidencia a insustentabilidade do modelo tradicional de turismo, aquele norteado pelo lucro e dominado por poucas empresas do setor, Brito-Henriques (2020) enfatiza a necessidade de repensar o setor sob a ótica das comunidades visitadas, pela qualidade dos empregos gerados e pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades locais. Sob essas perspectivas, Costa Novo (2014) e Simonetti, Nascimento e Chaves (2016) revelam a inação do poder público amazonense no desenvolvimento de modelos alternativos de turismo e no baixo envolvimento das comunidades locais, atores fundamentais para o avanço do turismo sustentável e do ecoturismo.

Nos últimos anos, especificamente a partir de 2020, o fomento do turismo no interior passou a ser pauta conjunta da Amazonastur e do governo do estado, sobretudo a partir de projetos para impulsionar o setor dos municípios com potencial turístico (Amazonastur, 2021). Para a Empresa Estadual de Turismo, “a estratégia de interiorização não apenas cria oportunidades econômicas, mas também produz melhorias tangíveis na qualidade de vida das pessoas que vivem no interior do Amazonas” (Amazonastur, 2023, s/p).

Conforme Dias (2019), as políticas públicas de turismo não devem deixar de lado a preocupação com a qualidade de vida dos agentes sociais envolvidos, sobretudo as comunidades tradicionais que trabalham com o turismo no interior. Nesse aspecto, as políticas públicas estaduais de turismo ainda são incipientes pois, ainda parecem focar, quase que exclusivamente, no desenvolvimento econômico e privilegiam um grupo muito restrito de municípios.

## 2.2 Turismo em Parques Nacionais: Entre conservação e desenvolvimento

A estratégia de criar áreas de proteção ambiental existe no mundo há séculos. No Brasil, as primeiras unidades de conservação datam da década de 1930 e, apesar de hoje haver consenso quanto à sua finalidade, Ramos (2012) demonstra que seus objetivos originais atenderam interesses múltiplos e complexos, que não somente a preservação da biodiversidade.

É possível identificar quatro períodos de maior intensidade de criação de áreas protegidas no país: a primeira, no começo dos anos 1960; a segunda, na década de 1970, a terceira, nos anos de 1980; e a quarta, a partir da dos anos 2000, que registrou um aumento expressivo de unidades de conservação (Padua, 2012; Moreira et. al., 2023). Dos 74 parques nacionais existentes hoje, 20 foram criados na década de 2000 e 11 na década de 2010. Wenceslau et. al (2020) indicam que a criação de novos parques foi uma clara estratégia política do governo federal para aumentar a preservação ambiental do país. Além de preservarem áreas naturais essenciais para a saúde do planeta (Hull et. al., 2011), tendo reflexos na regulação climática, na conservação de recursos hídricos e na manutenção de serviços ecossistêmicos, as unidades de conservação também têm papel crucial no turismo nacional.

Em 2022, foram registradas mais de 21,6 milhões de visitas em unidades de conservação em todo o país, o triplo do número registrado em 2021 (Brasil, 2023b). Especificamente nos parques, foram mais de 11,8 milhões de visitas em 2023, o recorde registrado até então (ICMBio, 2024b). Todo o controle e monitoramento das 335 unidades de conservação federais, que inclui parques nacionais e reservas florestais, é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima – MMA.

O manejo adequado dessas áreas é essencial para equilibrar o uso público com a preservação ambiental e, mesmo não sendo um entendimento unânime entre pesquisadores e ambientalistas, Brumatti e Rozendo (2021) relatam que as concessões dos serviços turísticos em parques nacionais podem contribuir para a governança e a sustentabilidade dessas áreas. Especificamente sobre a região amazônica, Bomfim et. al (2016) evidenciaram a potencialidade das concessões impulsionarem o desenvolvimento socioeconômico, com ênfase para a geração de emprego e renda.

Rodrigues e Abrucio (2019) ampliam essa discussão ao explorar as concessões como estratégias para o desenvolvimento do turismo em parques brasileiros. Os autores enfatizam as possibilidades e limitações desse modelo de governança, ressaltando a necessidade de um equilíbrio entre a exploração turística com foco no lucro e a preservação ambiental. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para a formulação de políticas eficazes que visam a sustentabilidade dessas áreas no longo prazo, para que a lógica do lucro não sobressaia ao da preservação.

Autores como Brumatti e Sonaglio (2023) e Pajolla (2022) indicam que a concessão de parques tende a aprofundar um processo de apagamento dos modos de vida habituais, ameaçando a sociobiodiversidade e os direitos de populações tradicionais que se reivindicam como legítimas ocupantes destes territórios.

O fenômeno do turismo em parques nacionais é uma temática global que exige abordagens múltiplas para conciliar interesses diversos. Os estudos sobre o Parque Nacional Nyungwe, em Ruanda, destacam a contribuição do turismo para os meios de vida da comunidade local e enfatizam a importância de estratégias que promovam o desenvolvimento econômico sustentável (Akayezu et al., 2022). Esse enfoque demonstra a complexidade das interações entre comunidades locais, turismo e conservação, ressaltando a necessidade de abordagens holísticas para o manejo de parques nacionais em diferentes contextos.

Casos de parques nacionais bem-sucedidos incluem o Parque Nacional Yellowstone, nos Estados Unidos, onde o turismo coexiste com a conservação ambiental, e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no Brasil, reconhecido por suas práticas sustentáveis e de conservação. Sua rica biodiversidade atrai visitantes enquanto as estratégias de gestão sustentável, incluindo programas educacionais e regulamentação rigorosa, garantem a preservação ambiental (Brumatti & Rozendo, 2021).

No Brasil, ao longo do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), houve um movimento de concessões para a iniciativa privada de serviços turísticos em parques nacionais, como parte de uma estratégia para atrair investimentos privados e promover a conservação dessas áreas. Nos quatro anos de governo, 17 parques foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização – PND e no Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. O Decreto 10.673 de abril de 2021, inseriu os PARNAS de Anavilhanas e do Jaú no rol de parques a serem concedidos à iniciativa privada.

Em fevereiro de 2024, atendendo uma recomendação do Conselho do Programa de Parceria de Investimentos, o governo Lula retirou os 17 parques nacionais do PND, mas manteve 8 deles no PPI, através do Decreto nº 11.912. Os PARNAS de Anavilhanas e do Jaú continuam na lista de parques do PPI, o que preocupa os *stakeholders* locais que se dedicam ao turismo, com o temor de que o acesso ao PARNA seja restrito ou mais custoso, prejudicando diversos prestadores de serviço.

### *2.3 Turismo Fluvial: Cenário atual e perspectivas futuras*

O turismo náutico, com destaque para o turismo fluvial, vem se consolidando como uma opção para viajantes que buscam experiências singulares e personalizadas na natureza. O crescimento na demanda por cruzeiros fluviais temáticos (Buckley, 2020), embarcações de menor porte e roteiros exclusivos (Carvalho & Costa, 2022) revela uma busca por imersão na natureza e contato com as comunidades locais.



Experiências imersivas, sustentabilidade e responsabilidade social emergem como pilares do turismo náutico contemporâneo. Empresas do setor investem em práticas ecológicas, na redução das emissões de carbono e no turismo responsável (ABRACC, 2023), alinhando-se às demandas do público por viagens mais conscientes (Buckley, 2020). Cruzeiros fluviais de luxo, com foco em experiências e serviços personalizados, atraem um público mais exigente (Iloranta, 2022). Programas de bem-estar e saúde, gastronomia e atividades para famílias também se consolidam como tendências em alta (World Tourism Organization, 2023; Cruise Lines International Association, 2023). Hall e Muller (2020) indicam que as experiências gastronômicas têm se tornado um elemento importante na experiência do turista fluvial, com empresas investindo em cardápios elaborados por chefs renomados e em parcerias com vinícolas e restaurantes locais.

Carvalho e Costa (2022) demonstram que dentre os impactos positivos do turismo fluvial, destaca-se a melhoria da economia local, com a geração de renda e emprego, e o desenvolvimento social. Por outro lado, a sazonalidade da demanda (Buckley, 2020) e os impactos ambientais (Nguyen & Mai, 2021) configuram-se como os principais desafios. Em função disso, a gestão eficiente do turismo durante a baixa temporada e a implementação de medidas rigorosas de sustentabilidade, como a redução da poluição e conservação do meio ambiente local (Buckley, 2020; United Nations Environment Programme, 2022), presentes em um plano de manejo inclusivo, são cruciais para o sucesso do segmento.

A bacia amazônica, com seus rios majestosos, oferece um cenário estratégico para o desenvolvimento do turismo fluvial, segmento que vem crescendo nos últimos anos na região. Explorar a rica biodiversidade amazônica, com roteiros imersivos em paisagens e ecossistemas únicos, se tornou um diferencial para os visitantes que procuram interação com a natureza em "resorts móveis" (Cruz, 2015). Como o Rio Negro e seus principais afluentes possuem características de navegação marítima, a região é propícia para a navegação de grandes embarcações.

No entanto, o desenvolvimento desse potencial turístico deve ser abordado com cautela, considerando os desafios ambientais associados à atividade (Nguyen & Mai, 2021). Cruz (2017) revela que o turismo fluvial no Amazonas é explorado tanto por empresas globais, no caso das operadoras de cruzeiros, e locais, a exemplo das agências de turismo e empresas receptivas. As primeiras, por vezes, exercem um papel hegemônico na região.

A preservação da Amazônia, ecossistema essencial para o equilíbrio global, deve ser prioridade no âmbito das atividades do turismo fluvial na região, requerendo medidas rigorosas de sustentabilidade e práticas responsáveis (United Nations Environment Programme, 2022). Portanto, é imperativo que o turismo fluvial em Parques Nacionais da Amazônia envolva e respeite as comunidades locais e demais stakeholders, contribuindo para o desenvolvimento social equitativo e a valorização das culturas tradicionais (Hall &



Muller, 2020) que promova benefícios duradouros tanto para a região quanto para os visitantes (Carvalho & Costa, 2022).

### 3. Metodologia

De natureza qualitativa, este estudo se classifica como descritivo por expor características de determinada população ou fenômeno e por propiciar descobertas de associações entre elementos (Gil, 2017) como, por exemplo, as potencialidades e os desafios do turismo em Novo Airão e as estratégias públicas para torná-lo um destino turístico competitivo.

Como método de pesquisa, utilizou-se o estudo de caso único, uma investigação detalhada de um fenômeno contemporâneo, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2014). A escolha do objeto de estudo deve-se ao recente protagonismo turístico de Novo Airão-AM, município sede do Parque Nacional de Anavilhanas, e a importância do setor para a economia local.

Quanto aos dados, utilizou-se fontes primárias e secundárias para atingir o objetivo do trabalho. Para a coleta dos dados secundários, realizou-se pesquisa documental em legislações, planejamentos estratégicos do governo do estado, do município de Novo Airão e da Amazonastur; recorreu-se também ao Plano de Desenvolvimento Turístico de Novo Airão, documento resultante da consultoria contratada pelo município junto à Fundação Getulio Vargas (FGV) em 2020, sites institucionais e relatórios técnicos disponibilizados pela prefeitura. Utilizou-se também reportagens veiculadas na mídia local e nacional sobre o tema.

Para a obtenção dos dados primários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes da cadeia de turismo do município, ou seja, atores envolvidos diretamente com o turismo em Novo Airão e no PARNA de Anavilhanas, o que permitiu a compreensão do setor a partir de diferentes perspectivas e interesses, seguindo um roteiro de entrevista previamente elaborado com tópicos agrupados conforme o objetivo específicos e as categorias de análise.

Entre os meses de abril e junho de 2023, foram realizadas 15 entrevistas com os seguintes atores: 2 representantes da Secretaria Municipal de Turismo, 1 representante do ICMBio, 1 empresário do turismo receptivo local, 1 proprietário de hotel de luxo e 10 dos 40 barqueiros da Associação Anavilhanas de Transporte Aquaviário de Novo Airão – AATRA. Os barqueiros são os profissionais que conduzem as embarcações e navegam pelo Rio Negro, lagos e paranás transportando turistas.

As entrevistas foram gravadas para permitir a reprodução exata dos depoimentos e, posteriormente, foram transcritas. A fim de preservar a identidade dos respondentes e para melhor compreensão da análise, definiu-se os seguintes códigos de identificação, conforme o quadro 1.

Os dados foram analisados utilizando a análise de conteúdo, técnica empregada para examinar comunicações visando extrair significados, padrões e temas de um corpo textual, facilitando a sistematização, a interpretação e a categorização dos dados em estudos qualitativos (Bardin, 2016). A partir do objetivo da pesquisa e da literatura consultada, definiu-se duas categorias de análise, sendo a categoria 1) Panorama do turismo em Novo Airão, que discorre sobre o histórico da ação pública no setor do turismo, e a categoria 2) Oportunidades e fragilidades do turismo no município, que se concentra nos desafios e no potencial turístico local.

Quadro 1: Codificação dos entrevistados.

Entrevistado	Descrição	Código
Barqueiros AATRA	Associação local dos barqueiros que atuam no transporte de turistas pelo Paque Nacional de Anavilhanas	Barqueiro 1; Barqueiro 2,... Barqueiro 10.
Funcionários da Secretaria Municipal de Turismo	Órgão Oficial de turismo do município.	STM-1 e STM-2
Representante do ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima. O órgão possui um Núcleo de Gestão Integrada (NGI) em Novo Airão, com foco na preservação das Unidades de Conservação da região.	ICMBio-1
Empresário do turismo receptivo local	Pequeno negócio local de turismo receptivo.	RL-1
Proprietário hotel de luxo	Empreendimento de hospedagem de alto padrão, categoria luxo.	HL-1

Fonte: elaborado pelos autores.

Além da análise de conteúdo, foi utilizada a triangulação de dados que combina a análise de dados primários e secundários (Yin, 2014). Essa abordagem é essencial quando a pesquisa envolve múltiplas fontes de evidências.

## 4. Análise e discussão dos resultados

Esta seção está subdividida de acordo com as categorias de análise descritas na metodologia. A seguir, a primeira seção discorre e analisa a trajetória do turismo em Novo Airão, perpassando as políticas públicas que moldaram sua evolução e, posteriormente, faz-se a análise dos principais desafios e potencialidades do turismo local.

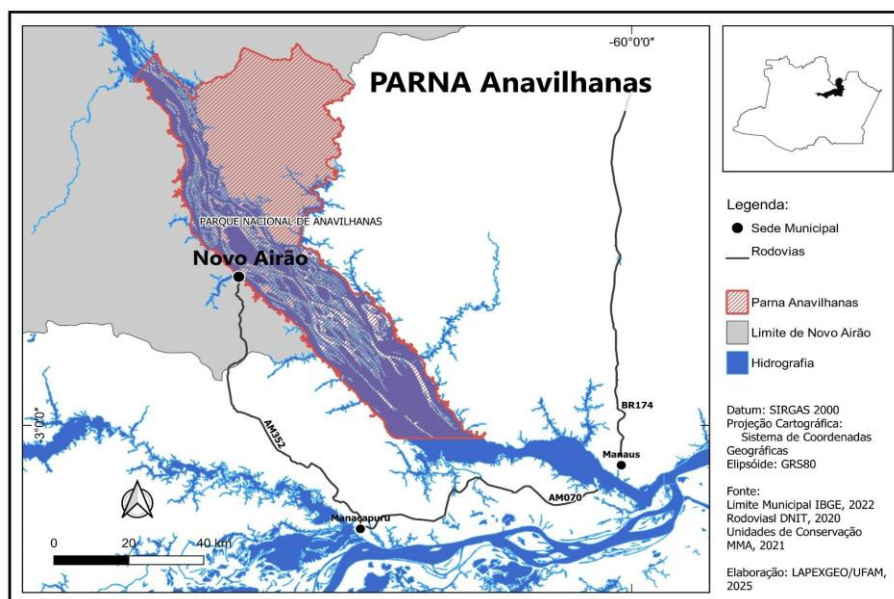
### 4.1 Panorama do turismo em Novo Airão

O turismo em Novo Airão tem sua história marcada por diferentes fases de intervenção pública que influenciaram seu desenvolvimento. Um dos primeiros marcos foi a criação da Unidade de Conservação de Anavilhanas, em 1981 – inicialmente criada como

estação ecológica e, em 2008, foi recategorizada para Parque Nacional, que evidenciou o reconhecimento da importância da região em termos de conservação da biodiversidade Amazônica (Decreto nº 86.061, 1981; Lei nº 11.799, 2008). Segundo o entrevistado RL-1, a partir desse momento, “Novo Airão virou sinônimo de Anavilhanas”, (Figura 2).

Entretanto, o turismo no município enfrentou desafios significativos ao longo do tempo, mesmo após a criação do PARNA. Entre eles, destacam-se questões relacionadas à infraestrutura precária, à falta de planejamento governamental, aos impactos ambientais decorrentes do aumento do fluxo de visitantes, além da não priorização do turismo na agenda do executivo local e da instabilidade política municipal.

Figura 2: Parque Nacional de Anavilhanas, Novo Airão – AM.



Fonte: elaborado pelos autores.

Ao longo dos anos foram inúmeros os casos de denúncias de corrupção e afastamento de prefeitos. Entre 2013 e 2017, houve 14 alternâncias de prefeitos que, segundo os entrevistados, impactou negativamente a cidade e a população: “o município de Novo Airão em um único ano mudou de prefeito dez vezes. [...] Então, começa um processo de cenário instável e a população meio que se afasta do poder público. Sofre as consequências de tudo isso” (SMT-1).

O distanciamento e o não engajamento da sociedade civil com o poder público são reflexos da instabilidade política e tem efeitos negativos até os dias de hoje. Como observa Rodrigues e Abrucio (2019), a falta de integração entre as políticas públicas e a participação das comunidades locais representa um obstáculo para o desenvolvimento sustentável do turismo no país.

Além do não envolvimento da sociedade civil no processo de elaboração das políticas públicas, historicamente, as ações da prefeitura voltadas para o turismo eram fragmentadas

e pensadas somente no curto prazo, como a realização de eventos pontuais e sazonais que não contribuíam de forma estrutural e sustentável para o desenvolvimento do setor. “Eu falava para o prefeito: turismo não é só evento. E ele, ‘mas o povo gosta de eventos! Então faça!’” (SMT-1). Essa abordagem imediatista, embora gerasse resultados momentâneos, não estabeleceu as bases necessárias para um crescimento sólido e contínuo do turismo na região.

Os dados da pesquisa indicam que o turismo ganhou protagonismo como política pública a partir de 2018, com a chegada de uma nova gestão na prefeitura, que tinha um projeto para ampliar a oferta turística na região. A Secretaria Municipal de Turismo, agora comandada por uma especialista com formação e doutorado na área, se cercou de profissionais experientes, alguns cedidos pelo Governo do Estado: “eu sou muito grata por essa sensibilidade que a Amazonastur teve, de dizer: vamos apoiar o município” (SMT-1).

A nova gestão buscou desenvolver uma estratégia de longo prazo, promovendo a diversificação das atividades turísticas, o fortalecimento da infraestrutura local e a valorização dos recursos naturais e culturais da região. Para auxiliar o executivo municipal, em 2020, a Secretaria de Turismo contratou uma consultoria da Fundação Getúlio Vargas para reestruturar e desenvolver um planejamento para o setor, priorizando as vocações naturais e os parques nacionais ali presentes, resultando no Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Novo Airão. Alinhado aos princípios da sustentabilidade, o plano delineou estratégias para o crescimento do setor, destacando a importância da conservação ambiental, da promoção de práticas turísticas responsáveis e da inclusão da comunidade. Essas estratégias dialogam com os estudos de Costa Novo (2014) e Simonetti, Nascimento e Chaves (2016), sobretudo na urgência do envolvimento das comunidades locais para o avanço do turismo sustentável.

Outra iniciativa do poder público foi estreitar as relações com os empresários da região, sobretudo do ramo hoteleiro, que foram receptivos a uma parceria com a Secretaria de Turismo. Dentre as ações conjuntas está a participação dos empresários em feiras de turismo internacionais representando o município: “então eu dizia ‘não tenho condições de estar fora do Brasil, a secretaria não tem recurso, mas vocês [hoteleiros] têm’” (SMT-1). A parceria se estendeu para outras áreas, como doação de recursos financeiros para manutenção de escolas públicas nas comunidades afastadas da sede do município, apoio à iniciativas sustentáveis como energia solar nas comunidades e programas de capacitação de mão de obra local para trabalhar nos hotéis de luxo.

Houve também um esforço por parte da Secretaria de Turismo para envolver a comunidade local no processo de desenvolvimento das políticas públicas do setor, sobretudo a partir do Conselho Municipal de Turismo. Segundo os representantes da Secretaria, um conselho ativo, deliberativo e paritário é o caminho para uma abordagem mais sustentável e inclusiva:

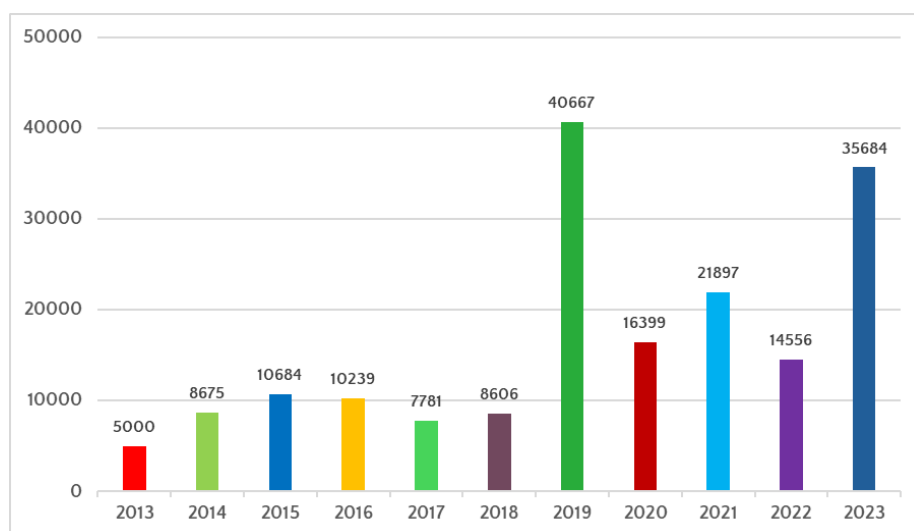
O nosso conselho é atuante, bem atuante mesmo. Tem gente que acha isso ruim, eu acho ótimo. Ele é paritário e bem distribuído. Tem membros que são das comunidades tradicionais, transporte, artesanato, transporte fluvial, hospedagem, restaurante, meio ambiente, cultura, ICMBio. E graças a Deus, assim, a gente consegue manter 90% de presença e acho que uma ou duas reuniões que teve 80% de presença (SMT-2).

Como resultado desse novo modelo de estruturação das políticas públicas de turismo, agora de forma estratégica e tentando envolver diferentes atores nesse processo, Novo Airão passou a atrair um número crescente de turistas, interessados não apenas em eventos pontuais, mas em experiências turísticas autênticas e diversificadas: “em 2018, a gente tinha um pouco mais de 8 mil visitas no Parque Nacional de Anavilhanas. A gente assume e em 2019, antes da pandemia, a gente trabalhou igual um doido, mas a gente conseguiu saltar para mais de 40 mil visitas no parque” (SMT-1), conforme evidenciado na figura 3.

A Figura 3 também indica uma redução significativa do número de visitantes em 2020, consequência da crise sanitária que assolou o país e das medidas de distanciamento social. Conforme os representantes da Secretaria de Turismo, a COVID-19 impactou drasticamente a economia local, “principalmente os mais vulneráveis economicamente” (SMT-1).

A gente fechou mesmo a cidade, colocamos barreira. Ninguém passava, só alimentação. Vamos proteger a população primeiro. Os empresários do turismo também entenderam isso. Quando melhorou falei com o prefeito: A gente precisa abrir as portas! Os hotéis mantiveram os empregos do pessoal no regime de férias. Salário pela metade, mas também só trabalha pela metade, até porque não tinha turista. E aconteceu uma coisa bem legal que os hotéis decidiram que era hora de reformar. Virou um canteiro de obra. Todos os hotéis começaram a investir. E isso melhorou a qualidade dos nossos meios de hospedagem (SMT-1).

Figura 3: Número total de visitantes do PARNA Anavilhanas (AM) – 2013 a 2023.



Fonte: ICMBio, Painel Dinâmico (2024a).

Eventos climáticos extremos, como a precipitação excessiva e a cheia histórica do Rio Negro em 2021, que deixou 41 municípios em emergência, incluindo Novo Airão, e a

vazante sem precedentes de 2023 que tornou o Rio Negro inavegável em determinados trechos, dificultando o acesso a algumas atrações do parque, também podem ter tornado Anavilhanas menos atrativo para os visitantes. Neste ínterim, a concorrência com outros destinos turísticos mais populares, acessíveis e que não foram atingidos pela seca, como as cachoeiras do município de Presidente Figueiredo, pode ter levado a uma diminuição no número de visitantes ao PARNA Anavilhanas.

Ainda conforme a Figura 3, os números de 2023 indicam o início da recuperação do fluxo de turistas no município, com um aumento de aproximadamente 60% quando comparado ao ano anterior, mas ainda menor que o registrado em 2019, antes da pandemia.

Ao final da pandemia, como forma de reativar a economia do município por meio do turismo, a Secretaria investiu na participação de feiras nacionais e internacionais, em parceria com os hotéis de luxo, e convidou operadores de turismo nacionais e locais para conhecer a cidade e o PARNA Anavilhanas, estratégia conhecida como FAMTRIP (*familiarization tour*).

A gente realizou muitos FAMTRIP [...]. Então, os melhores operadores do Brasil vieram pra Novo Airão. A gente criou um evento chamado "Visite Mais Novo Airão" onde a gente pegou os operadores regionais, trazia eles tudo por conta da secretaria, levamos eles para conhecer os nossos atrativos (SMT-1).

A própria Amazonastur vendo isso criou também um programa de trazer os operadores. [...] Todas as vezes que se tinham os programas a gente tinha um retorno muito grande... 15 dias depois a gente recebia grupos, sempre tentando fechar uma parceria com o mercado (SMT-1).

Percebeu-se também um nítido esforço da prefeitura, em conjunto com o governo estadual, em melhorar a infraestrutura turística local, resultando na construção e inauguração de praças, do portal da cidade, do parque linear e do parque pinheiral (ambos parques urbanos). O portal da cidade, estrutura arquitetônica localizada na entrada do município, além de cartão postal, "facilitou o acesso às informações e serviços para os turistas, e passou a monitorar a quantidade efetiva de pessoas que visitam a cidade, pois os turistas frequentes não passam mais no Centro de Atendimento ao Turista" (SMT-2), localizado no centro da cidade. Já os parques linear e pinheiral foram criados para ampliar as opções de lazer em área verde e urbana da cidade.

No entanto, as ações do poder público também deveriam focar no desenvolvimento local e na melhoria da qualidade de vida da comunidade que vive no território. Afora as obras para deixar a cidade mais bonita e atrativa para o turista, é preciso que o investimento público em infraestrutura abranja áreas como melhoria do acesso à internet, iluminação pública, rede coletora de esgoto, além de políticas de geração de emprego e renda e capacitação profissional para a população local. Conforme dados do Diagnóstico Sócio Territorial do Estado do Amazonas (Amazonas, 2020), essas são as principais vulnerabilidades do estado, sobretudo dos municípios do interior.

A segurança pública também carece de uma atuação mais precisa do poder público municipal, uma vez que o aumento do fluxo turístico refletiu no surgimento de problemas na segurança de Novo Airão: “com o crescimento vem as consequências” (SMT-2). Os entrevistados relataram a escalada de roubos em casas de temporada e golpes em turistas estrangeiros. “Olha a repercussão negativa... Então tudo que for voltado pra inovação e segurança do turista, a gente quer desenvolver aqui no município” (SMT-1).

A priorização das políticas públicas de turismo resultou em reconhecimento do governo federal. Em março de 2023, o município foi selecionado pelo Ministério do Turismo para integrar a Estratégia Nacional de Destinos Turísticos Inteligentes – DTI. Como parte dessa conquista, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, desenvolveram um plano de transformação do turismo municipal, pautado na sustentabilidade, educação, tecnologia e inovação. Dos 500 municípios inscritos, 12 foram selecionados. Novo Airão – AM e Belém, capital do Pará, foram os únicos municípios contemplados da região norte.

Em julho de 2023, o município implementou o Programa Cidade Empreendedora, uma parceria entre a prefeitura e o Sebrae que visa otimizar a eficiência da gestão pública e incentivar o desenvolvimento da economia local por meio da oferta de cursos e oficinas de capacitação, educação empreendedora, entre outros. O público-alvo são os prestadores de serviços do município, como os barqueiros, recepcionistas, comerciantes, funcionários de pousadas e demais áreas que envolvem serviços de apoio ao turista. Nesse programa “a prefeitura entra com 50% dos recursos e o Sebrae entra com 50%” (SMT-1).

Em decorrência da visibilidade do turismo no PARNA de Anavilhanas e do aumento do fluxo de visitantes, houve um crescimento dos investimentos privados na região, como a abertura de novos empreendimentos voltados ao setor do turismo ou associados a ele, como pousadas, bares, restaurantes, salão de beleza, lojas de artesanato, conveniências e casas de temporada.

A análise dos dados indica que a partir de 2018 houve uma série de eventos que evidenciaram o protagonismo que o turismo assumiu na agenda do governo local. Houve aumento do investimento público na infraestrutura turística, reestruturação do planejamento municipal do setor a partir da contratação de uma consultoria da FGV, que resultou no Plano de Desenvolvimento Turístico de Novo Airão, aproximação com os empresários e com a comunidade local e participação de programas e projetos para aprimorar o setor e a experiência do turista no município.

#### *4.2 Desafios e oportunidades do turismo em Novo Airão*

A análise das entrevistas com os atores envolvidos diretamente com o turismo em Novo Airão e no PARNA de Anavilhanas possibilitou aprofundar a compreensão das oportunidades e dos desafios do turismo local a partir dessas múltiplas percepções.



Para os barqueiros entrevistados, profissionais que desempenham um importante papel na experiência do turista, a principal dificuldade enfrentada é a concorrência com os serviços prestados por hotéis e pousadas que possuem barcos confortáveis e motores mais potentes, e contam com guias bilíngues em casos de turistas estrangeiros. Para o Barqueiro 1, “a gente perde muito porque os hotéis têm lancha potente. É uma outra estrutura poder ter um colete melhor, rádio, GPS etc. Até o uniforme para o pessoal é diferente”. Complementarmente, o Barqueiro 5 afirmou que “a associação não tem como concorrer, por exemplo, com um Anavilhanas [hotel de luxo] da vida. Eles não utilizam o transporte da associação, lá eles usam o transporte deles, entendeu?”.

As pousadas e hotéis de luxo possuem pacotes completos para o hóspede, desde o traslado de Manaus para Novo Airão (de carro ou hidroavião), até alimentação, com experiências exclusivas na floresta e passeios privativos pelo parque nacional. Nesses casos, o turista não utiliza os serviços da associação e, por vezes, nem chega a usar a estrutura da cidade, uma vez que o hotel dispõe de infraestrutura física de serviços e de entretenimento: “a economia da cidade nem vê o dinheiro desse turista, fica tudo com o hotel de luxo” (Barqueiro 2).

O entrevistado RL-1 corrobora a percepção dos barqueiros da Associação e aponta que, devido a concorrência, a alternativa foi encontrar um diferencial para o seu serviço, mesmo sem os recursos e a estrutura dos hotéis.

A saída é o conhecimento, entendeu? Eu já fiz curso de guia, de condutor ambiental, primeiros socorros, eu tenho curso de observação de pássaros. Tudo dado pelo ICMBio ou alguma parceria com a prefeitura. O curso de guia tem quatorze módulos diferentes, né? De solo, de água, de biodiversidade, de educação ambiental, então eu tenho conhecimento em cada módulo (RL-1).

O entrevistado relatou que a depender do passeio ou expedição, como para o PARNA do Jaú (onde o percurso e a logística são mais complexos) ou passeios específicos para observação de pássaros, os hotéis reconhecem seu trabalho e indicam o seu serviço.

De forma unânime, há uma alta demanda por capacitação e treinamento por parte dos barqueiros, sobretudo em áreas que possam elevar o profissionalismo da categoria e agregar valor à experiência do turista. Os barqueiros destacaram desafios relacionados à falta de conhecimento em língua estrangeira: “muitas vezes a gente não consegue se comunicar com ele [turista] por não saber falar algum idioma” (Barqueiro 7). Por outro lado, os profissionais entrevistados relataram dificuldade em participar de cursos de longa duração devido às responsabilidades cotidianas e à falta de tempo.

O Barqueiro 3 mencionou que recentemente a Associação foi contemplada com um projeto financiado pelo Instituto Ipê, organização não governamental fundada em 1992, que se dedica à conservação da biodiversidade do país. Com o recurso, os barqueiros adquiriram rádios comunicadores para as embarcações e trocaram todos os coletes salva-vidas.

Nós estamos melhorando na qualidade da comunicação, acabamos de instalar os rádios, já conseguimos comprar para todo mundo, colete salva-vidas, né? Agora estamos em busca do uniforme da associação. Conseguimos já a logo da associação também, que é a nossa identificação visual (Barqueiro 1).

O entrevistado RL-1 corrobora a percepção dos barqueiros da Associação e aponta que, devido à concorrência, a alternativa foi encontrar um diferencial para o seu serviço, mesmo sem os recursos e a estrutura dos hotéis.

A análise das entrevistas indica uma dependência de projetos externos para o fomento e o fortalecimento dos serviços prestados pela associação. Os barqueiros relataram não haver uma relação próxima com a prefeitura e, para eles, essa é uma falha significativa, que afeta o suporte e a destinação de recursos públicos para a associação. Nas palavras do Barqueiro 3 “a Secretaria visa muito a questão do turismo, mas esquece de quem lida diretamente com o turista, que somos nós, os barqueiros”. No entanto, o Barqueiro 5 indica que também não há um esforço da associação procurar a prefeitura: “é uma falha da parte da prefeitura. E assim, há uma falha também do nosso lado que nós nunca corremos atrás deles pra buscar alguma coisa”.

Esse entendimento contrapõe ao entendimento da Secretaria de Turismo, que afirma ter tentado se aproximar desses profissionais inúmeras vezes, seja na oferta de cursos de capacitação em parceria com o Sebrae e universidades, seja via participação no Conselho Municipal de Turismo. Segundo os representantes da Secretaria, “com os barqueiros é mais difícil, eles querem algo específico para eles ou eles falam: Ah, tenho passeio [transportar turista pelo PARNA], não posso” (SMT-1).

Para os barqueiros e o RL-1, o principal parceiro dos profissionais do transporte fluvial é o ICMBio, informação corroborada pelo representante do órgão: “temos parceria com a associação tanto no sentido de limpeza nas trilhas como em promover algumas capacitações”. À época da recategorização do Parque Nacional de Anavilhanas, em 2008, o ICMBio firmou uma parceria com os barqueiros para o mapeamento das áreas do parque. “Esses eu posso dizer que são parceiros até hoje, entendeu? Ajudam com barco, com combustível, e muitas vezes fazemos trabalho voluntário para eles. Fora os cursos, né?” (RL-1).

Já para o ICMBio, os principais desafios relatados são a fiscalização, o combate ao narcotráfico e a exploração ilegal de madeira nas mais de 400 ilhas do Parque Nacional. “É impossível monitorar isso todos os dias. A conta não fecha” (ICMBio-1), sobretudo nos últimos anos em que houve sucessivos cortes de verbas federais para a fiscalização ambiental e com uma equipe pequena diante de um parque com uma área 350.018,00 hectares.

O entrevistado foi enfático ao afirmar que nunca houve resistência à fiscalização por parte dos profissionais do transporte fluvial, seja barqueiros da associação, empresários do

ramo ou dos hotéis que prestam serviço fluvial. Mesmo sem resistência, o entrevistado acredita existir barqueiros clandestinos atuando no PARNA sem registro no órgão ou sem habilitação para navegação.

Os diversos atores que participaram da pesquisa relataram suas expectativas para o futuro do turismo em Novo Airão, abrangendo a necessidade de diversificação das ofertas turísticas, a promoção de práticas sustentáveis e o desenvolvimento de estratégias para atrair o turista durante todo o ano.

Os entrevistados também apontaram variáveis que precisam ser priorizadas pelo poder público, como a melhoria na infraestrutura local, campanhas de marketing para lidar com a sazonalidade do turismo amazônico e o fortalecimento dos empreendimentos e dos prestadores de serviços da região, valorizando as especificidades locais como o turismo sustentável, a identidade local e a multiculturalidade da região.

Quanto ao fortalecimento dos empreendimentos locais a partir das vocações naturais, os representantes da Secretaria de Turismo indicaram haver iniciativas para alavancar a economia local com o apoio da tecnologia, da inovação e da capacitação desses profissionais quanto à gestão financeira.

O artesanato local tem se constituído num expoente associado ao turismo, mas, para o entrevistado SMT-1, até 2020, os artesãos careciam de conhecimentos sobre empreendedorismo para alavancar as vendas ou gestão financeira. A parceria da secretaria com o Sebrae resultou em projetos de capacitação e fomento do turismo, do comércio e, principalmente, do artesanato da região. "Hoje a gente tem respaldo no cenário nacional. A gente ganhou como melhor artesanato do Brasil. Todo o Brasil concorre a esse prêmio e os dois que ganharam em primeiro lugar são duas associações de artesãos do município" (SMT-01), em referência à conquista da 5ª edição do Prêmio Sebrae Top 100 de Artesanato, realizado pelo Sebrae em 2022.

Segundo os prestadores de serviço fluvial entrevistados, outro aspecto prioritário diz respeito à sazonalidade do turismo fluvial. A alta temporada do turismo no PARNA de Anavilhanas é no verão amazônico, época em que os rios secam e formam grandes margens de areias brancas nas ilhas do parque. "Em junho começa o verão, a alta temporada de turismo, quando começam aparecer as praias de rio" (Barqueiro 1). No entanto, no período chuvoso, em que parte das praias ficam submersas, o fluxo de turistas diminui consideravelmente.

A preocupação dos prestadores de serviço é relevante, uma vez que na Amazônia existem duas estações bem definidas, o período seco (verão) e o período chuvoso (inverno). Durante o inverno, o fluxo de turismo diminui significativamente, prejudicando o setor de hospedagem, bares e restaurantes e os barqueiros. Por conta da sazonalidade, existe a necessidade de um rigoroso planejamento financeiro por parte dos prestadores de serviço:

“se eu sei que em alguns períodos, alguns meses eu vou fazer menos passeios, que eu vou ter menos dinheiro entrando, então eu tenho que me organizar durante o ano” (RL-1).

Uma estratégia para driblar a sazonalidade seria diversificar e explorar atrativos turísticos que vão além das praias do parque nacional, ajustando os roteiros de acordo com a estação do ano e trabalhando na divulgação: “precisamos focar na divulgação e na informação, porque todo mundo da associação conhece essas Anavilhanas de ponta a cabeça” (Barqueiro 3).

Um dos projetos da prefeitura converge com a necessidade de diversificação do turismo. Em 2022, a Secretaria de Turismo, em parceria com uma empresa do ramo, criou um evento que engloba o turismo desportivo e o turismo de aventura. Em alusão à competição internacional de Triathlon IronMan, a secretaria criou o AirãoMan, evento que vem estimulando a economia local e a prática de esportes. “A gente consegue trazer para cá a nossa capacidade máxima de 150 atletas e já lota toda a infraestrutura da cidade” (SMT-1). O entrevistado ressalta que o evento atrai cerca de mil pessoas a cada edição, na medida em que o atleta leva junto sua equipe técnica e familiares, além dos espectadores do evento, movimentando toda a cadeia do turismo.

A análise das entrevistas dialoga com as tendências atuais do turismo fluvial, como a busca por experiências autênticas e sustentáveis, a diversificação de ofertas turísticas e a atenção à preservação ambiental. Essas práticas estão alinhadas com as tendências identificadas por Buckley (2020), Carvalho e Costa (2022) e outras fontes mencionadas, que destacam a importância de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável do turismo e para o desenvolvimento local envolvendo a comunidade nesse processo.

Um elemento presente em todas as entrevistas é a expectativa dos Parques Nacionais do Jaú e de Anavilhanas serem concedidos para a exploração da iniciativa privada, tendo em vista que no início de 2024 o governo Lula manteve ambos no Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. Tal aspecto gera dúvidas e insegurança para os entrevistados, sobretudo para os barqueiros associados à AATRA: “o parque de Anavilhanas vai ser gerenciado por uma empresa de fora. Já foi liberado isso. E nós que somos uma associação nascida e criada aqui vamos ter que pagar porque a empresa vai gerenciar lá da Noruega. Então quer dizer, a gente fica à mercê” (Barqueiro 8). Além dos impactos econômicos e sociais para a comunidade local, a literatura também destaca que as concessões tendem a ameaçar a sociobiodiversidade e os direitos das populações locais (Brumatti & Sonaglio, 2023; Pajolla, 2022).

Como prestadores diretos de serviços aos visitantes, parte dos entrevistados dessa pesquisa desempenha um papel fundamental na experiência do turista, sendo a interface direta entre os visitantes e as belezas naturais da região. Sua hospitalidade, conhecimento local e habilidades de navegação não apenas impactam a satisfação do turista, mas contribuem para a construção de reputação do destino turístico. Em função disso, é indicado

que o poder público passe a contemplar esses atores no processo de formulação dos planos e políticas públicas de turismo do município.

Por fim, é necessária uma atuação mais enfática do poder público no fomento do desenvolvimento local do município, por meio da capacitação da mão de obra, da valorização dos saberes locais e das vocações naturais da região, promovendo também o relacionamento e a troca entre eles. A riqueza e a biodiversidade do PARNA de Anavilhanas configuram um cenário para o protagonismo do turismo e do ecoturismo e, portanto, um setor promissor para o desenvolvimento social e econômico de Novo Airão. Observação da fauna e flora, esportes radicais, trilhas nas florestas, passeios de barco, pesca esportiva e mergulho são algumas das atividades que podem ser exploradas. A busca por experiências genuínas (Iloranta, 2022) abre caminho para destacar a cultura local, os saberes, a gastronomia e a interação com as comunidades tradicionais, consolidando a identidade turística de Novo Airão.

## 5. Considerações finais

A pesquisa teve como objetivo identificar as oportunidades e desafios do turismo em Novo Airão e as estratégias públicas para torná-lo um destino turístico competitivo, aproveitando o potencial do Parque Nacional de Anavilhanas.

O turismo em Novo Airão revelou-se uma possibilidade promissora para alavancar o desenvolvimento econômico e social do município, desde que estruturado de forma estratégica pelo poder público. A análise das entrevistas com diversos atores envolvidos nesse cenário dinâmico permitiu traçar um panorama que molda o futuro do turismo no município.

O turismo em Novo Airão é marcado por diferentes etapas de intervenção pública. A criação da Unidade de Conservação de Anavilhanas, em 1981, e a recategorização para Parque Nacional em 2008 evidenciou a importância da região para a preservação da biodiversidade Amazônica. Mas somente a partir de 2018, com a chegada de um novo grupo político na prefeitura, é que o turismo passou a ter protagonismo na agenda do governo. Em 2020, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável, definiu-se as diretrizes para o crescimento responsável do turismo, com foco na inclusão social, na proteção ambiental e na construção de ações de longo prazo. Desde então, houve aumento do investimento em infraestrutura turística e ações focadas na melhoria da experiência do turista. A Secretaria de Turismo atuou em diversas frentes para atrair visitantes e alavancar a economia da cidade depois da pandemia da COVID-19.

Para que Novo Airão se consolide como um destino turístico próspero e sustentável, um investimento robusto na infraestrutura local ainda é necessário. A qualidade da internet, a iluminação pública, a rede coletora de esgoto, a acessibilidade e a segurança pública são

pilares fundamentais para garantir a satisfação dos cidadãos, dos visitantes e a competitividade do destino no cenário turístico global.

Quanto à sazonalidade do turismo fluvial, esta pode ser superada com a diversificação da oferta turística. Explorar atrativos durante todo o ano, promover o turismo de aventura e esportivo, valorizar a cultura local e incentivar a interação com as comunidades tradicionais são estratégias eficazes para atrair um público mais amplo e fidelizar os visitantes. Outro ponto importante versa sobre os investimentos em cursos de capacitação para barqueiros, como treinamento em idiomas e gestão financeira, que são essenciais para profissionalizar, aprimorar a qualidade dos serviços e impulsionar o sucesso dos negócios locais.

A concessão dos parques nacionais para a iniciativa privada, preocupação destacada principalmente pelos barqueiros, caso se concretize, deve ser realizada com transparência, controle social e com as medidas que minimizem os impactos sociais, econômicos e ambientais. A proteção da sociobiodiversidade e dos direitos das comunidades locais devem ser prioridades absolutas. A prefeitura municipal, associações e representantes das comunidades tradicionais devem atuar em conjunto para se posicionar quanto à situação e reivindicar a manutenção das atividades de turismo no parque por parte de todas as partes interessadas, seja barqueiros, comunidades locais e prestadores de serviço.

Nesse contexto, o Conselho Municipal de Turismo precisa se consolidar como um espaço de diálogo, controle social e participação ativa de todos os envolvidos no setor, promovendo a sinergia entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade.

Programas de apoio aos empreendedores locais e investimento em marketing e divulgação são estratégias necessárias para impulsionar o setor. Nesse contexto, a preservação ambiental, a adoção de práticas turísticas responsáveis e a valorização dos saberes locais são princípios basilares para garantir um turismo sustentável em Novo Airão. Com a proteção da sociobiodiversidade e da minimização dos impactos negativos do turismo, o município terá instrumentos para garantir o bem-estar das gerações presentes e futuras.

A valorização da cultura local, o desenvolvimento de produtos e serviços turísticos autênticos e o posicionamento de Novo Airão como destino sustentável são estratégias fundamentais para fortalecer sua identidade turística. Ao integrar os aspectos sociais, ambientais e econômicos, o município pode se destacar nacionalmente, promovendo experiências significativas aos visitantes, beneficiando a comunidade local e preservando seu patrimônio natural e cultural. Essa abordagem é essencial para que Novo Airão se consolide como referência em desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Para novos estudos, recomenda-se a realização de pesquisas a partir de questionários estruturados com os turistas para aprofundar a compreensão da temática e ampliar a

representatividade dos resultados. A consulta aos turistas é importante para entender suas expectativas e percepções sobre a experiência do turismo em Novo Airão. Para pesquisas futuras, sugere-se também a realização de estudo de casos múltiplos em outros Parques Nacionais, na tentativa de incorporar questões subdimensionadas ou não abordadas nesta pesquisa.

## Referências bibliográficas

AKAYEZU, P.; NDAGIJIMANA, I.; DUSHIMUMUKIZA, M. C.; BERNHARD, K. P.; GROEN, T. A. Community livelihoods and forest dependency: tourism contribution in Nyungwe National Park, Rwanda. **Frontiers in Conservation Science**, v. 3, p. 128, 2022.

AMAZONAS. Secretaria Estadual de Assistência Social. **Diagnóstico socioterritorial do Estado do Amazonas**. 2020. 333 p. Disponível em: <<https://www.seas.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/07/DIAGNOSTICO-SOCIOTERRITORIAL-DO-ESTADO-DO-AMAZONAS.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2025.

AMAZONASTUR. **Indicadores de turismo: movimentação e caracterização dos turistas do Amazonas**. 2021. Disponível em: <<https://www.amazonastur.am.gov.br/indicadores-de-turismo/>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

AMAZONASTUR. **Programas do Governo do Amazonas desenvolvem o turismo no interior do estado**. 2023. Disponível em: <<https://www.amazonastur.am.gov.br/programas-do-governo-do-amazonas-desenvolvem-o-turismo-no-interior-do-estado/>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARCOS E CRUZEIROS – ABRACC. **Anuário do turismo náutico 2023**. São Paulo: ABCRUZEIROS, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2016. p. 141.

BOMFIM, S. L.; D'AVIGNON, A. L.; SOUZA, A. N.; FONTES, P. J. P.; JOAQUIM, M. S. O potencial da concessão de florestas públicas para o desenvolvimento socioeconômico e geração de emprego na Amazônia Legal. **Revista do Serviço Público\***, Brasília, v. 67, n. 4, p. 649-670, out./dez. 2016.

BRASIL. **Unidades de Conservação batem recorde com 21,6 milhões de visita**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/unidades-de-conservacao-batem-recorde-de-visitacao-com-21-6-milhoes-de-pessoas>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **História do Parque Nacional de Anavilhanas**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/parnaanavilhanas/quem-somos/historia.html>>. Acesso em: 16 mar. 2024.



BRITO-HENRIQUES, E. Covid-19, turismo e sustentabilidade: tudo está interligado. **Finisterra**, v. 115, n. 55, 2020.

BRUMATTI, P. N. M.; ROZENDO, C. Parques nacionais, turismo e governança: reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 3, e-2119, 2021.

BRUMATTI, P. N. M.; SONAGLIO, K. E. Limitações e desafios das concessões turísticas em áreas protegidas na América Latina. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 16, n. 3, 2023.

BUCKLEY, R. The future of river cruising: trends and challenges. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 28, n. 1, p. 122-137, 2020.

CALHEIROS, Carla Souza. **Metodologia de tarifa para transporte fluvial de passageiros na Amazônia**. Rio de Janeiro: COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

CARVALHO, F. M.; COSTA, C. A. S. Turismo náutico e desenvolvimento local: uma análise comparativa de dois estudos de caso no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 3, e5394, 2022.

COSTA NOVO, C. B. Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM). In: COSTA NOVO, C. B.; CRUZ, J. G. (orgs.). **Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: EDUA, 2014.

CRUISE LINES INTERNATIONAL ASSOCIATION. **State of the Cruise Industry Report**. 2023. Disponível em: <<https://www.cruising.org/>>. Acesso em: 4 fev. 2024.

CRUZ, R. C. A. Cruzeiros marítimos: oligopolização, centralização de capital e uso corporativo do território brasileiro. In: **Território e circulação: a dinâmica contraditória da circulação**. São Paulo: FAPESP/PPGH/CAPES/Annablume Geografias, 2015.

DECRETO Nº 10.673, de 13 de abril de 2021. Dispõe sobre a qualificação de unidades de conservação no Programa de Parcerias e Investimentos da Presidência da República e sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

DECRETO Nº 11.912, de 6 de fevereiro de 2024. Dispõe sobre a manutenção e a revogação da qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento e sobre a exclusão de unidades de conservação do Programa Nacional de Desestatização.

DECRETO Nº 86.061, de 2 de junho de 1981. Cria Estações Ecológicas, e dá outras providências.

DIAS, L. C. S. **Territórios do turismo em territórios protegidos: processos de territorialização e turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista – AM**. Dissertação (Mestrado) – Manaus. Universidade do Estado do Amazonas. 2019.

EMBRATUR. Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. **Amazônia brasileira e sustentabilidade no turismo são destaques no jornal norte-americano The Wall Street Journal**. 2024. Disponível em: <<https://embratur.com.br/2024/02/20/amazonia-brasileira-e-sustentabilidade-sao-destaques-no-jornal-norte-americano-wall-street-journal/>>. Acesso em: 7 mar. 2024.

FONSECA, M. A. P.; TODESCO, C.; CARDOSO, R. **A interiorização do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOVERNO DO AMAZONAS. **Plano Plurianual 2020-2023**. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, 2020.

GOVERNO DO AMAZONAS. Em Novo Airão, governador anuncia novos investimentos em infraestrutura no município. 2020. Disponível em: <<https://www.casacivil.am.gov.br/em-novo-airao-wilson-lima-anuncia-novos-investimentos-em-infraestrutura-no-municipio/>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

HALL, C. M.; MÜLLER, D. K. Tourism, gastronomy, and regional development: a critical review. **Tourism Geographies**, v. 22, n. 2, p. 247-268, 2020.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. Socialising tourism for social and ecological justice after COVID-19. **Tourism Geographies**, v. 22, n. 3, p. 610-623, 2020.

HULL, V.; SHORTRIDGE, A.; LIU, B.; BEARER, S.; ZHOU, X.; HUANG, J.; ... & LIU, J. The impact of giant panda foraging on bamboo dynamics in an isolated environment. **Plant Ecology**. Dordrecht: Springer, v. 212, p. 43-54, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. \*Perfil de cidades: Novo Airão\*. 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/novo-airao/panorama/>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Relatório de monitoramento da visitação em unidades de conservação federais em 2021**. Brasília, DF: ICMBio, 2022.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Relatório de monitoramento da visitação em unidades de conservação federais em 2022**. Brasília, DF: ICMBio, 2023.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Painel dinâmico**. 2024a. Disponível em: <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis-dinamicos-do-icmbio>>. Acesso em: 16 mar. 2024.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Parques nacionais brasileiros atingem recorde de 11,8 milhões de visitas em 2023**. 2024b. Disponível em:

<<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/parques-nacionais-brasileiros-atingem-recorde-de-11-8-milhoes-de-visitas-em-2023-1>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

ILORANTA, R. Luxury tourism – a review of the literature. **European Journal of Tourism Research**, v. 30, p. 3007, 2022.

LEI Nº 11.799, de 29 de outubro de 2008. Dispõe sobre a recategorização para Parque Nacional (PARNA) Anavilhanas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 17.891–17.897.

LIMA, H. L. S. **O papel da Suframa na gestão de convênios voltados à interiorização do desenvolvimento regional da Amazônia: uma análise baseada na efetividade dos investimentos realizados**. Dissertação (Mestrado) – Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2017. 224 p.

MENEZES, T. Z.; SIMONETTI, S. R.; LIMA, A. R. N.; NOGUEIRA, D. R. C. Reflexões em tempo de pandemia: um olhar sobre o turismo no Amazonas. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, n. 39, e61315, 2021.

MORGADO, A. V.; PORTUGAL, L. S. M.; MELLO, A. J. R. Acessibilidade na Região Amazônica através do transporte hidroviário. **Journal of Transport Literature**. Rio de Janeiro: ANPET, v. 7, p. 97–123, 2013.

MOREIRA, F. A.; GOMES, C. R.; SALVIO, G. M. M. O que motivou a criação dos Parques Nacionais no Brasil. **GEOfographia. Niterói: UFF**, v. 25, n. 55, 2023.

NGUYEN, Q. N.; MAI, V. N. Impacts of pushing and pull factors on tourist satisfaction and return intention towards river tourism in Can Tho city, Vietnam. **GeoJournal of Tourism and Geosites**. Oradea: University of Oradea, v. 38, n. 4, p. 1011–1016, 2021.

PADUA, C. V. Apresentação. In: CASES, Maria Olatz (org.). **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Brasília: WWF-Brasil/Ipê, 2012.

PAJOLLA, M. Privatização de parques nacionais agrava situação de povos tradicionais. **Brasil de Fato**, 15 fev. 2022.

PREFEITURA DE NOVO AIRÃO. Turismo. Disponível em: <https://www.novoairao.am.gov.br/pg.php?area=TURISMO>. Acesso em: 16 mar. 2024.

RAMOS, A. As unidades de conservação no contexto das políticas públicas. In: CASES, Maria Olatz (org.). **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Brasília: WWF-Brasil/Ipê, 2012.

RODRIGUES, C. G. D. O.; ABRUCIO, F. L. Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de

governança. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: EACH-USP, v. 13, p. 105–120, 2019.

SEINFRA – Secretaria de Estado de Infraestrutura. Wilson Lima vistoria obra de reforma e ampliação da AM-352 e destaca a importância da rodovia para economia da região. Disponível em: <https://www.seinfra.am.gov.br/wilson-lima-vistoria-obra-de-reforma-e-ampliacao-da-am-352-e-destaca-importancia-da-rodovia-para-economia-da-regiao/>. Acesso em: 10 out. 2024.

SIMONETTI, S. R.; NASCIMENTO, E. P.; CHAVES, M. P. S. R. As representações sociais sobre turismo em comunidade do Rio Negro (Iranduba-AM). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 16, n. 2, p. 183–199, 2016.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Sustainable tourism: a framework for action**. Nairobi: UNEP, 2022.

WENCESLAU, F. F.; BARDEN, J.; TURATTU, L. O Brasil e as Metas de Aichi: uma análise sobre o cumprimento da meta 11. In: BRAVO, A. A. S.; AUGUSTIN, S. (org.). **Revista Internacional de Direito Ambiental**, v. 9, n. 25, p. 113–132, 2020.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). **River tourism trends 2023**. Madrid: UNWTO, 2023.

YIN, R. **Case study research: design and methods**. 5. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.